



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 128

TERÇA-FEIRA, 7 DE JULHO DE 1992

BRASÍLIA — DF

Sumário

	Página
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	10913
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	10914
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	10914
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	10914

Tribunal Superior Eleitoral

Secretaria de Coordenação Eleitoral

Subsecretaria de Taquigrafia, Acórdãos e Resoluções

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO Nº 105 /92.

RESOLUÇÃO Nº 18.280
Processo nº 12.766 - Classe 10ª
São Luís - MA

Relator: O. Sr. Ministro José Cândido.

INSTRUÇÕES PARA REVISÃO DO ELEITORADO NO
MUNICÍPIO DE GRAÇA ARANHA NA CIRCUNSCRIÇÃO DO
MARANHÃO.

O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 23, IX, e 71, § 4º, do Código Eleitoral, e tendo em conta a decisão proferida em 21 de maio de 1992, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, resolve expedir as seguintes Instruções:

Art. 1º - Para proceder à Revisão do eleitorado, o Tribunal Regional Eleitoral requisitará da Coordenação-Geral de Informática relação completa (em ordem alfabética, contendo os dados de qualificação individual), de todos os eleitores inscritos ou transferidos para o referido Município.

Parágrafo Único - Expedida pelo sistema a relação do eleitorado, na forma do artigo, será encaminhada ao TRE/MA, e posteriormente, ao MM. Juiz Eleitoral.

Art. 2º - De posse da relação de que trata o artigo anterior, o MM. Juiz Eleitoral promoverá edital de chamamento dos respectivos eleitores para comparecerem em Cartório, munidos dos correspondentes títulos eleitorais, documentos de identidade e de prova de residência.

§ 1º - A prova de residência poderá ser feita por qualquer documento do qual se infira seja o eleitor residente no Município, v.g., conta de luz, água, telefone, envelopes de correspondência, nota fiscal de entrega de mercadoria em nome do eleitor, contracheque, cheque bancário, documento do INCRA, etc.

§ 2º - A prova de identidade far-se-á pessoalmente pelo eleitor com um dos seguintes documentos:

I - carteira de identidade;
II - certificado de quitação do serviço militar;
III - carteira emitida pelos órgãos criados por lei federal, controladores do exercício profissional;
IV - certidão de idade extraída do registro civil;
V - instrumento público do qual se infira, por direito, ter o requerente idade igual ou superior a 16 anos e do qual conste, também, os demais elementos necessários à sua qualificação;
VI - documento do qual se infira a nacionalidade brasileira.

§ 3º - O MM. Juiz Eleitoral decidirá, de plano, quanto aos eleitores que se apresentarem em Cartório sem a prova de residência, porém que declararem, sob as penas da lei, que residem no Município, determinando providências, se for o caso.

Art. 3º - O MM. Juiz Eleitoral determinará o assinalamento, na relação de que cuida o art. 1º, da situação do eleitor, se regular ou irregular.

Art. 4º - Concluída a revisão, o MM. Juiz determinará o cancelamento e exclusão das inscrições eleitorais encontradas irregulares, bem assim a inscrição daqueles que não compareceram ao Cartório, encaminhando a relação à Coordenação Regional de Informática, para as devidas providências.

Parágrafo único - O Código FASE a ser utilizado, nesta hipótese, será o 450 - Cancelado - Sentença do Juiz Eleitoral.

Art. 5º - Digitados os FASES respectivos, a Coordenação Regional de Informática encaminhará os "disquetes" à Coordenação Geral de Informática, que, após o cancelamento das inscrições em computador, providenciará a emissão de listagens das inscrições canceladas, para posterior envio à Zona Eleitoral.

Art. 6º - O Juiz Eleitoral deverá se utilizar de todos os meios para viabilizar o cumprimento desta resolução, inclusive fazendo ampla divulgação, pelos meios de comunicação, dos editais de convocação, no sentido de orientar o eleitor quanto ao local e horário de comparecimento.

Art. 7º - Se o curto espaço de tempo disponível para a realização da Revisão e/ou o excessivo número de inscrições a serem canceladas inviabilizarem o cumprimento do prazo do dia 27.7.92, data a partir da qual deve ser iniciada a geração dos arquivos para o batimento nacional (Resolução TSE nº 17.770, de 17.12.91), adotar-se-ão os seguintes procedimentos:

I - as folhas de votação, emitidas por computador, serão impressas normalmente;

II - recebidas as folhas de votação pela Zona Eleitoral, determinará o MM. Juiz Eleitoral a destruição dos comprovantes de comparecimento, a ela apensos, relativamente às inscrições que devam ser canceladas, bem assim o assinalamento, nos espaços reservados para assinatura ou polegar do eleitor, a expressão inscrição cancelada em função da revisão, orientando os mesários para não permitirem o voto do cidadão, e efetuarem a apreensão do respectivo título de eleitor;

III - Reabertos os trabalhos de alistamento eleitoral, serão os "disquetes" encaminhados à Coordenação Geral de Informática, para as providências do Art. 5º destas Instruções.

Art. 8º - Estas Instruções entram em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.
Brasília, 16 de junho 1992.

Ministro PAULO BROSSARD, Presidente - Ministro JOSÉ CÂNDIDO, Relator - Ministro CARLOS VELLOSO - Ministro AMÉRICO LUZ - Ministro HUGO GUEIROS - Ministro TORQUATO JARDIM - Dr. ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA, Procurador-Geral Eleitoral.

Corregedoria-Geral Eleitoral

Despacho

PROCESSO DE COINCIDÊNCIA Nº CGE 2877-0/92
Requerente : LUIZA HELENA PEREIRA
Inscrição nº : 001850420230
Zona Eleitoral : 227ª/Pouso Alegre/MG
Assunto : Revisão de situação de eleitor envolvido em coincidência de inscrições eleitorais.

O Exmo. Sr. Ministro AMÉRICO LUZ, Corregedor-Geral Eleitoral, exarou o seguinte despacho:
"Observados os termos da Informação nº 523.C/92-CGE, de 24.06.92, promove-se a regularização da situação da eleitora LUIZA HELENA PEREIRA, efetuando-se nova inscrição para a mesma na 227ª ZE/MG e mantendo-se liberada a inscrição nº 084508880345, da 085ª ZE/RJ.
Para tanto, comunique-se esta decisão aos respectivos Juízes Eleitorais, recomendando-se adoção das medidas cabíveis.
Recebido o original do expediente que deu ensejo a esta decisão, proceda-se à sua atuação.
Retornem conclusos.
Brasília, 24 de junho de 1992."

Superior Tribunal de Justiça

Presidência

PORTARIA Nº 32, DE 03 DE JULHO DE 1992

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve

A U T O R I Z A R a cessão do servidor RENATO TOLEDO DE CARVALHO, Agente de Segurança Judiciária, Classe ESPECIAL, Referência NI.35, ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a partir de 03 de julho do corrente ano, nos termos do § 1º do art. 1º combinado com o art. 5º da Resolução nº 052, de 13.03.92.

MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional — IN
SIG — Quadra 6, Lote 800 — 70604-900 — Brasília/DF
Telefones: PABX: (061) 321-5566 — Fax: (061) 225-2046
Telex: (061) 1356
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA — Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSÉ EDMAR GOMES — MIGUEL FELIX DOS ANJOS
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Preços	Diário Oficial			Diário da Justiça	
	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 121.000,00	Cr\$ 31.000,00	Cr\$ 110.000,00	Cr\$ 122.400,00	Cr\$ 194.000,00
Portes:					
Superfície	Cr\$ 61.050,00	Cr\$ 30.030,00	Cr\$ 53.460,00	Cr\$ 61.050,00	Cr\$ 110.560,00
Aéreo	Cr\$ 156.420,00	Cr\$ 77.220,00	Cr\$ 156.420,00	Cr\$ 156.420,00	Cr\$ 283.140,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas — SEAVEN/DICOM
Telefone: (061)226-6812
Horário: 7:30 às 19:00 horas

Tribunal Superior do Trabalho

Presidência

ATOS DE 30 DE JUNHO DE 1992

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso XI, do art. 18, do Regimento Interno, ad referendum do Órgão Especial cria do pela Resolução Administrativa nº 26/91, resolve:

Nº 919 - Tornar sem efeito o ATO GP nº 815/92, e retificar a fundamentação do ATO GP nº 378/92, publicado in D.J. de 19.03.92, que concedeu aposentadoria por implemento de tempo de serviço, com proventos integrais, à servidora HELIANA VASCONCELOS DE CARVALHO FIRMINO, no cargo da Categoria Funcional de Técnico Judiciário, Classe Especial, Referência NS.25, do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, para o disposto na alínea a, do inciso III, do art. 40, da Constituição Federal; e a alínea a, do inciso III, do art. 186, o para grafo único, do art. 101; o inciso V, do art. 103; 188; e o art. 189; todos da Lei nº 8.112/90; Lei nº 6.732/79; Decretos-leis nºs 1.445/76; 2.270/85; e 2.365/87; Leis nºs 7.706/88; 7.923/89; e 7.961/89; bem como a inclusão do art. 5º, da Lei nº 8.162/91.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso XXIII, do art. 18, do Regimento Interno, ad referendum do Órgão Especial, criado pela Resolução Administrativa nº 26/91 e tendo em vista o constante do processo TST-13277/92.4, resolve:

Nº 948 - Autorizar a manutenção, por este Tribunal, nos termos do art. 248, da Lei nº 8.112/90, a partir de 1º de agosto de 1992, da pensão-especial, vitalícia da Sra. AFONSO SOARES DE OLIVEIRA e temporária da Sra. SÍLVIA SOARES DE OLIVEIRA, viúva e filha do ex-servidor FERNANDO COUTO DE OLIVEIRA, cabendo a cada beneficiária 50% (cinquenta por cento) da pensão originariamente instituída.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso XXIII, do art. 18, do Regimento Interno, ad referendum do Órgão Especial, criado pela Resolução Administrativa nº 26/91 e tendo em vista o constante do processo TST-15727/92.8, resolve:

Nº 949 - Autorizar a manutenção, por este Tribunal, nos termos do art. 248, da Lei 8.112/90, a partir de 01 de agosto de 1992, da pensão-especial, temporária do Sr. PAULO ROBERTO DIAS DA CRUZ, e da Srª. MARIA CRISTINA DIAS DA CRUZ, filhos da ex-servidora SYLVIA DE FREITAS DIAS DA CRUZ, cabendo a cada beneficiário a cota de 50% (cinquenta por cento) da pensão originariamente instituída.

ATO Nº 961, DE 02 DE JULHO DE 1992

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Exonerar, a pedido, a Belª. REGINA WATANABE DE FARIA, Técnico Judiciário, do cargo em comissão de Assessor de Ministro, código TST-DAS-102.5, do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro JOSÉ CALIXTO RAMOS, com efeitos a contar de 20 de maio do corrente ano.

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO

RETIFICAÇÃO:

À página 10709, do D.J. de 01.07.92, Seção I, no texto do ATO.GP.Nº 911, de 26.06.92, onde se lê: Diretor de Serviço da Secretaria da E. 3ª Turma, leia-se: Diretor da Secretaria da E. 3ª Turma.

Secretaria do Tribunal Pleno

Seção de Dissídios Individuais

TST-AI-52792/92.9

AGRAVANTE : TERRA RICA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁREOS E FERTILIZANTES DO SOLO LTDA

Advogado : Dr. Acácio Correa Filho

AGRAVADO : AMILTON PEDROSO DE MORAES

9ª Região

DESPACHO

1. Registro e homologação, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a desistência comunicada às fls. 54 pela ora agravante.
2. Publique-se e baixem os autos.
Brasília, 29 de junho de 1992.

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO
Presidente do Tribunal

Segunda Turma

PROC. Nº TST-E-RR-27.509/91.0

Embargante: PIRELLI S/A - COMPANHIA INDUSTRIAL BRASILEIRA
 Advogados: Dr. José Ribeiro de Campos e Dr. Galdino José Bicudo Pereira
 Embargado: ARTEMIO GONZALES
 Advogado: Dr. Fernando Krieg da Fonseca

DESPACHO

A controvérsia dos autos diz respeito ao período até quando haverá o pagamento dos salários de empregado que teve a sua reintegração convertida em indenização dobrada.

A Eg. 2ª Turma desta Casa Especializada, às fls. 1.659/1.661 deu provimento ao Recurso de Revista do Reclamante, deferindo os salários vencidos até a data da prolação da sentença. Fez incidir, à espécie, os termos do Enunciado 28 deste C. TST, porquanto "reconhecida a estabilidade do empregado e o seu direito à conversão da reintegração a que teria direito em indenização dobrada, não se poderia eleger, como limite ao pagamento dos salários, a data da cessação do trabalho, ou o início da prestação laboral para outra empresa, porque estes fatos são irrelevantes para o reconhecimento da estabilidade e consequente reintegração". (fl. 1.659).

Irresignada, a Empresa interpõe Embargos à Eg. SDI, às fls. 1.663/1.666. Sustenta que a r. decisão fere o artigo 457 da CLT, na medida em que este dispositivo conceitua salário como contraprestação de serviço, o que inócorre, na espécie dos autos. Aporta, também, ofensa ao art. 5º, II, da Carta Magna Vigente, asseverando, a Reclamada, que não há lei que autorize o pagamento de salários sem que o trabalho seja efetivamente realizado. Traz arestos a cotejo.

Não há que se falar em violação ao art. 457 da CLT, tampouco divergência jurisprudencial, eis que a decisão da Eg. Turma está em perfeita consonância com o Verbete Sumular 28 deste C. Pretório, sendo aplicável, à espécie, o teor do disposto no art. 894, alínea "b", segundo da parte do Estatuto Trabalhista.

No que diz respeito ao dispositivo constitucional, o qual se refere ao Princípio de Legalidade (art. 5º, II, CF/88), não restou ofendido, muito pelo contrário, foi devidamente observado, pois o art. 496 da CLT expressamente diz que "quando a reintegração do empregado estiver for desaconselhável, dado o grau de incompatibilidade resultante do dissídio, especialmente quando for o empregador pessoa física, o Tribunal do Trabalho poderá converter aquela obrigação em indenização". Despicienda, a alegada ofensa ao art. 5º, II, da Carta Magna Vigente.

Não há em que se modificar a decisão da Eg. 2ª Turma, por incidência do Enunciado 28 deste C. Tribunal Superior.

NÃO ADMITO, pois, os Embargos, com fulcro no art. 894, "b", consolidado.

Publique-se.
 Brasília, 25 de junho de 1992.

MINISTRO HYLO GURGEL
 Presidente da Turma

MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A maneira mais prática, correta e objetiva de se redigir comunicações oficiais.

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas.
 IMPRENSA NACIONAL - SIG - Quadra 06
 Lote 800 Brasília - DF - CEP 70604-900
 FONE: (061) 226-6812



Superior Tribunal Militar

Presidência

ATO Nº 9.900, DE 02 DE JULHO DE 1992

O GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXIII, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1.764/92-DIPES/SEINA, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA à Técnica Judiciária, classe Especial, referência NS.25, MARIA CÉLIA CALVIS MOREIRA, matrícula nº 305-2.391.427, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar, nos termos do artigo 40, inciso III, letra "a", da Constituição Federal, de 05.10.88, c/c o artigo 186, inciso III, letra "a", da Lei nº 8.112, de 11.12.90, artigo 1º da Lei nº 7.760, de 24.04.89, alterado pelo artigo 6º da Lei nº 7.961, de 21.12.89, e 1º dos Atos números 8.809, de 19.12.90, e 9.155, de 09.01.91, deste Tribunal, com a vantagem prevista no artigo 250 da referida Lei nº 8.112/90.

GEN EX HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO

HABEAS CORPUS Nº 32.851-3/RJ

Paciente: ROGÉRIO TEODORO MARCELINO, Sd. Aer., cumprindo pena imposta por Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM, alegando constrangimento ilegal, pede a concessão da ordem, com medida liminar, para apelar em liberdade.

Impetrante: Drª. Janete Z. Ricci.

DESPACHO

"À vista das informações prestadas pela autoridade indigitada coatora (fls. 11), verifico faltar ao pedido de medida liminar o essencial requisito da plausibilidade jurídica - fumus boni juris -, encontrando-se o pleito, ademais, umbilicalmente vinculado ao mérito da questão.

Assim, indefiro a postulação de outorga cautelar.
 P.R.I.
 Após, à Procuradoria-Geral da Justiça Militar.
 À DIJUR.

Brasília, 30 de junho de 1992.

MINISTRO PAULO CESAR CATALDO
 Relator

ATENÇÃO



A Imprensa Nacional não credencia empresas para revenda de *Diário Oficial* e *Diário da Justiça* e não se responsabiliza, portanto, por assinaturas que venham a ser efetivadas por intermédio de terceiros.

*" Este ato
entra em vigor na data
de sua publicação "*



PARA QUE OS ATOS DE GOVERNO
ENTREM EM VIGOR NA DATA CERTA É PRECISO
QUE AS MATÉRIAS CHEGUEM
À *IMPRENSA NACIONAL* EM TEMPO HÁBIL

Horário para recebimento das matérias destinadas aos Diários Oficiais — Seções I, II e III

**Até às 16 horas
(do dia anterior):**

Portarias, despachos, instruções, atas, resoluções, extratos de contratos, editais, avisos, retificações e atos a serem publicados de Ministérios, Fundações, Autarquias, Empresas vinculadas, Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais, Tribunal de Contas da União, Poder Legislativo, Poder Judiciário e instituições, partidos, associações e empresas que utilizam a Seção Ineditoriais.

- Via Central de Malas Oficiais (ECT) e Guichê da Seção de Seleção e Registro de Matérias da *IMPRENSA NACIONAL*

**Até às 17 horas
(do dia anterior):**

Leis, Medidas Provisórias, Decretos e atos dos Poderes Executivo e Legislativo.

- Via Departamento de Documentação da Secretaria-Geral da Presidência da República ou Ministério da Justiça.

**IMPRENSA NACIONAL
HÁ 184 ANOS CONTANDO
A HISTÓRIA DO BRASIL**

SIG — Q. 06, Lote 800 — CEP 70604-900 — Fone: (061)321-5566 Brasília — Distrito Federal
Telex: (061) 1356 DIMN BR — CGC/MF n.º 00394494/0016-12
Fax: (061) 225-2046

